

## O perigo além-fronteira e a hegemonia do Prata

Janaíta da Rocha Golin<sup>1</sup>

**Resumo:** Durante a guerra civil farroupilha (1835-1845), o Rio Grande do Sul e a região platina aliaram-se inúmeras vezes, perturbando a hegemonia política e territorial do Império do Brasil. Os auxílios entre os farroupilhas e os líderes platinos permitiram o prolongamento da revolta contra o Império do Brasil por um período de dez anos. O desfecho da insurreição farroupilha em 1845 não proporcionou o término das perturbações contra o governo do Rio de Janeiro, pois as forças de atração platina ainda perduravam. Para a tentativa de aniquilamento dessas forças, foi estrategicamente pensada pelo Império do Brasil a incorporação dos seus ex-inimigos, alinhados, neste contexto, aos seus interesses. A personalidade platina mais temida pelo Império do Brasil era Juan Manuel de Rosas, justamente pela sua ambição de retomar a antiga territorialidade do vice-reinado do Rio da Prata, o que poderia ocasionar sérios danos ao Brasil. A colaboração dos ex-farroupilhas foi conseguida quando o Império intermediou a pacificação do conflito através de inúmeras concessões aos ex-rebeldes. Reconciliados e reincorporados ao exército do Brasil, praticamente todos que permaneceram na carreira militar até 1852, lutaram contra o líder da Confederação Argentina, Juan Manuel de Rosas, ex-aliado dos farroupilhas em tempos de guerra civil.

**Palavras-chave:** Farroupilhas, Prata e Hegemonia.

**Abstract:** During the Farroupilha Civil War (1835-1845), the Rio Grande do Sul state and the Platine region allied numerous times, disrupting the territorial and political hegemony of the Brazil's Empire. The aid between the farroupilhas and the platine leaders allowed the extension of the revolt against the of Brazil's Empire for a period of ten years. The outcome of the Farroupilha Insurrection in 1845 didn't provide the end of the disturbances against to the Rio de Janeiro's government, because the forces of platine attraction still survived. As the attempted annihilation of these forces, It was strategically planned, by the Brazil's Empire, the incorporation of his former opponents, aligned, in this context, with his own interests. The platine personality most feared by the Brazil's Empire was Juan Manuel de Rosas, precisely by its ambition to retake the former territoriality of the vice-kingdom of the River Plate, which could cause serious damage to Brazil. The collaboration of former farroupilhas was achieved when the Empire mediated the pacification of the conflict through numerous concessions to the former rebels. Reconciled and reincorporated the Brazilian army, almost all that remained in the military career until 1852, fought against the Argentine Confederate leader, Juan Manuel de Rosas, former ally of the farroupilhas in times of civil war.

**Keywords:** Farroupilhas, Platine region and Hegemony.

Entre os anos de 1835 e 1845, o Rio Grande do Sul e o Prata demonstraram manter espaços conectados de perturbações contra o governo do Rio de Janeiro. Durante o período da guerra civil farroupilha, ocorreram auxílios mútuos entre os farroupilhas e os líderes platinos, os quais permitiram o prolongamento da revolta contra o Império do Brasil. O desfecho da insurreição farroupilha em 1845, não assegurou a pretendida hegemonia brasileira na região do Prata, ambicionada pelo Gabinete Imperial. Ela seria obtida com a ajuda dos ex-inimigos do Império de 1835, que no contexto de 1852, reconciliados e reincorporados ao exército do Brasil, marcharam contra Juan Manuel de Rosas, líder da Confederação Argentina e ex-aliado dos farroupilhas.

Historicamente, na região da Bacia do Prata<sup>2</sup> aconteciam incursões entre os territórios, onde questões políticas perturbavam os grupos partidários das partes da fronteira.

---

<sup>1</sup> Possui graduação em História pela Universidade Federal de Santa Maria (2004), Especialização em História do Brasil pela Universidade Federal de Santa Maria (2007) e Mestrado em História pela Universidade de Passo Fundo (2012).

<sup>2</sup> A Bacia do Prata abarca territórios do Brasil, Argentina, Uruguai, Bolívia e Paraguai.

Conforme Reckziegel, os limites convencionados pelas fronteiras estatais não isolavam, na prática, as populações, “os homens tinham amigos e inimigos, aliados e adversários, e tais influências não se continham dentro das linhas legais, ou seja, ultrapassavam as fronteiras”. Os conflitos, revoltas ou revoluções também obedeciam esta lógica, alastrando-se pelos limites da fronteira na procura de auxílio e apoio no que precisassem. Talvez essa dinâmica ocorresse em vista de que na região do Prata<sup>3</sup>, os estados ainda não se haviam constituído em unidades nacionais plenamente consolidadas. Era comum que integrantes das classes dominantes de países recém-constituídos possuíssem propriedades em outros países e, por isso, “buscavam ser respaldados por seus governos ante as situações conflitivas que se multiplicavam” (RECKZIEGEL, 1999, p. 68).

A importância do Rio Grande do Sul para as potências do Prata era indiscutível. Caso ele se tornasse livre e autônomo para “formar suas próprias associações como nação independente da Bacia do Prata, abriria muitas possibilidades de novas alianças e o fortalecimento das já existentes”, segundo Leitman. Uma aliança com a província de Entre Rios e Corrientes, e o Uruguai, poderia causar transtornos ao poderio político e econômico de Juan Manuel de Rosas, governador de Buenos Aires. Unido com o Uruguai, influenciaria na manutenção de sua independência. Associado ao Paraguai, também auxiliaria em sua soberania e faria oposição à expansão da Confederação Argentina, liderada por Rosas. Por outro lado, a independência do Rio Grande do Sul seria vantajosa para Buenos Aires, podendo servir “como um tampão adicional contra os desígnios imperialistas do Brasil” (LEITMAN, 1979, p. 51-52). Outras combinações poderiam ser feitas, entretanto, sob qualquer ângulo, um Rio Grande do Sul independente expressaria um Brasil mais enfraquecido. Sendo assim, uma possível internacionalização do conflito farroupilha ocasionaria ainda mais prejuízos para o Império do Brasil do que se ele permanecesse interno.<sup>4</sup>

Entre 1828 e 1843, a política platina do Brasil pautou-se pela neutralidade, isto é, a não-intervenção em assuntos internos dos estados do Prata. Essa orientação, indicada nos relatórios dos Negócios Estrangeiros e nos Anais do Parlamento, baseava-se em cálculos

---

<sup>3</sup> Todos os países pertencentes à região do Prata conquistaram a independência na primeira metade do século XIX. A Bolívia em 1809; o Paraguai em 1811; a Argentina em 1816; o Brasil em 1822 e o Uruguai em 1828.

<sup>4</sup> Para o historiador Álvaro Klafke, os defensores do Império temiam pela internacionalização da guerra civil farroupilha. A imprensa legalista no Rio Grande do Sul abordava criticamente a possibilidade disso vir a acontecer, principalmente pela denúncia de estrangeiros que estariam aliados aos farroupilhas. Ver: KLAFKE, Álvaro Antonio. Antecipar essa idade de paz, esse império do bem. Imprensa periódica e discurso de construção do Estado unificado (São Pedro do Rio Grande do Sul, 1831-1845). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011. (Tese de doutorado), p. 236-237.

políticos. A Guerra da Cisplatina<sup>5</sup> (1825-1828), havia gerado pesados custos aos cofres imperiais e não convinha uma nova intervenção enquanto a livre navegação e a independência uruguaia estivesse mantida. Esse discurso também era resquício do propósito de reconhecimento da independência do Brasil pelos demais países. Conforme Amado Cervo, essa linha de ação diplomática estava inserida sob a vigilância externa das nações mais poderosas e enquadrada na dependência política em que o Brasil incluía-se. Era condicionada profundamente pelos interesses unilaterais das nações mais avançadas. Todavia, uma outra linha de pensamento reagia ao nível do discurso crítico, e prepararia uma nova fase de autonomia da política externa do país, que iria instalar-se a partir de 1844, próximo ao desfecho da guerra civil farroupilha.

Sendo assim, um novo projeto de política externa instalou-se em meados de 1844, caracterizado pela ruptura com a fase anterior da neutralidade e pelo fortalecimento de uma política externa mais incisiva. O receio por um possível isolamento do Brasil em relação aos países do Prata contribuiu para esta reviravolta da política externa platina. A ambição de Juan Manuel de Rosas em retomar a antiga territorialidade do antigo vice-reinado do Rio da Prata, fundado em 1776 pela Espanha, abrangendo Argentina, Bolívia, Paraguai, Uruguai e territórios do sul do Brasil, conforme a fronteira do Tratado de Santo Ildefonso, de 1777, poderia provocar danos ao Brasil. Além disso, o protecionismo rigoroso e o comércio de Buenos Aires sobre o interior da Argentina, o fechamento dos rios cortando acesso à Província do Mato Grosso com a capital brasileira e a política de expansão e dominação do Paraguai e Uruguai também prejudicavam os interesses brasileiros.

A revolta farroupilha no Rio Grande do Sul era crucial para o entendimento da política externa do Império do Brasil com os países platinos, pois, muitas vezes, as ações diplomáticas delineavam-se com o objetivo de pacificação da província. A contenção da guerra civil era tão importante para o Ministério dos Negócios Estrangeiros que, em 6 de junho de 1843, o ministro Honório Leão<sup>6</sup> criticou a linha de conduta estabelecida pela Confederação Argentina e o Uruguai, como instigações de promessas e auxílios aos rebeldes do Rio Grande do Sul.

---

<sup>5</sup> Desde o fim da Província Cisplatina, como parte do Império do Brasil, em 1828, alguns chefes militares sul-rio-grandenses haviam sido prejudicados economicamente com a perda do importante território que se transformou na República Oriental do Uruguai. Desde então, alguns líderes provinciais reuniam grupos que passaram a confrontar os presidentes da província nomeados pelo governo imperial.

<sup>6</sup> Instrução de Honório Hermeto Carneiro Leão, ministro dos Negócios Estrangeiros, a João Lins Vieira Cansação de Sinimbu, ministro residente em Montevidéu, em 06 de junho de 1843. *Cadernos do CHDD / Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática. – Ano IX, Número 17. – [Brasília, DF]: A Fundação, 2010. 436 p. ; 17 x 25 cm Semestral. ISSN: 1678-586X, p. 44-58.*

As queixas do ministro Honório Leão atingiam os principais líderes platinos daquela época: os uruguaios Manuel Oribe e Frutuoso Rivera, e o argentino Juan Manuel de Rosas. Quando Oribe foi presidente constitucional do Uruguai foram notórios os auxílios que ele forneceu aos farroupilhas. Rivera, o qual foi amplamente favorecido pelo Império do Brasil, secretamente fornecia aos rebeldes do Rio Grande do Sul todos os recursos que podia. E Rosas, apesar de não aprovar os acordos estabelecidos entre Rivera e os rebeldes, esquivava-se constantemente em estabelecer uma aliança mais consistente com o Império do Brasil para liquidar Rivera e os farroupilhas. Talvez pela conduta assumida pelos comandantes platinos é que a política exterior brasileira tenha começado a ser pensada de forma diversa daquela estabelecida anteriormente.

As ações de Rivera desagradavam a Rosas, que temia uma Confederação rival à sua. Tomás Guido, representante de Rosas, chegou a ser enviado ao Rio de Janeiro para formalizar uma aliança com o Império do Brasil para liquidar Rivera e os farroupilhas. Contudo, mesmo que o acordo tivesse sido firmado e ratificado pelo Brasil, Rosas, no momento de também ratificá-lo, rejeitou-o, sob a justificativa de erros formais. A atitude do governador de Buenos Aires acentuou a desconfiança dos meios políticos brasileiros. Percebeu-se a dificuldade de entendimento e a inviabilidade de uma composição com Rosas. Inclusive, quando Caxias assumiu a tarefa de pacificação da província do Rio Grande do Sul, Rosas prometeu 6.000 cavalos ao exército imperial, intermediados por Oribe, o qual respondeu a Caxias que desconhecia tal promessa, esquivando-se em auxiliar o Império do Brasil.<sup>7</sup>

A inviabilidade da manutenção de relações mais confiáveis com as lideranças platinas demonstrada pelo fracasso com que as composições com eles resultaram ocasionou a alteração da política exterior platina brasileira. Parecia que era necessário interceder energicamente no Prata para garantir os interesses brasileiros na região. Essa fase da política exterior brasileira foi denominada por Amado Cervo de passagem da neutralidade à intervenção e abrangeu o período de 1844 a 1852. A sua implementação passava pela solução da guerra civil no Rio Grande do Sul, mas também pela remoção ou enfraquecimento de possíveis alianças com forças insurrecionais internas no futuro. A região do Prata sentiu, a partir desse período, a “política de potência do Estado-Império” (CERVO, 1992, p. 97), que passou a ser guiada a partir de objetivos próprios, aos quais subordinavam-se aos métodos e meios das ações diplomáticas.

---

<sup>7</sup> Ofício do barão de Caxias ao ministro Salvador José Maciel. Estância Boa Vista, nas Pontas de Jaguari, 16 de julho de 1843. In: APBC-NDH-UPF, nº 117, pt. 3.

A concretização da solução da guerra civil farroupilha foi acompanhada pelo atendimento de inúmeras condições apresentadas pelos insurretos ao governo imperial. Como por exemplo, o pagamento da dívida contraída pelos farroupilhas e a incorporação dos ex-rebeldes no exército imperial. A realização dessas compensações não representou uma derrota para o Império, pelo contrário, ela possibilitou que os ex-líderes rebeldes se tornassem aliados, resguardando a segurança das fronteiras meridionais do Brasil, voltando-se contra os ex-aliados platinos se fosse necessário. Conforme analisou o historiador Cesar Guazzelli, “tendo em vista a possibilidade iminente de conflitos no Prata, o Brasil não podia abrir mão daqueles elementos que eram capazes de mobilizar tropas na região” (1997).

Dando anistia aos farroupilhas e ressarcindo suas dívidas, o Império do Brasil conseguiu incorporá-los no combate contra o fortalecimento da Confederação Argentina, liderada por Rosas.<sup>8</sup> Oribe, líder platino e ex-presidente da República Oriental do Uruguai também foi alvo do plano do Império, justamente por ser aliado de Rosas. Combate que se deu tanto no nível do discurso quanto no do confronto bélico.

A construção de um discurso que corroborasse um perigo, o qual estaria representado pela Confederação “unitária” do argentino Rosas foi iniciada. Já na pacificação da província do Rio Grande do Sul, conforme o historiador Cesar Guazzelli constatou, havia em David Canabarro, líder farroupilha, a “necessidade de uma conciliação tendo em vista a ameaça que representavam Rosas e Oribe dominando o Prata” (1997).

Em 6 de outubro de 1845, o imperador resolveu visitar as províncias de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, acompanhado de sua esposa, Teresa Cristina.<sup>9</sup> A cordialidade demonstrada por Pedro II em relação à província recém-pacificada pode ser justificada pela necessidade de manter os ex-líderes rebeldes satisfeitos com o governo central, perpetuando assim um clima de apaziguamento entre a elite local e o Império. O conde de Caxias (título recebido por ter derrotado os farroupilhas e pacificado a província) continuou como presidente da província e preocupava-se em resguardar a fronteira do sul do Brasil e repelir as invasões de bandos estrangeiros que se sucediam na região.

---

<sup>8</sup> O ministro Antônio Limpo de Abreu revelou a Wenceslau Antônio Ribeiro que o Império do Brasil tinha a firme resolução de obstar as pretensões invasoras do governador Rosas sobre as províncias que constituíam o antigo vice-reinado de Buenos Aires. Instrução de Antônio Paulino Limpo de Abreu, ministro dos Negócios Estrangeiros, a Wenceslau Antônio Ribeiro, encarregado de negócios no Chile, em 06 de agosto de 1845. *Cadernos do CHDD* / Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática. – Ano IX, Número 17. – [Brasília, DF] : A Fundação, 2010. 436 p. ; 17 x 25 cm Semestral. ISSN: 1678-586X, p. 168.

<sup>9</sup> Circular de 01/10/1845. Caderno do CHDD, ano III. no 4 / Fundação Alexandre Gusmão. Centro de História e Documentação Diplomática. Brasília: DF – 2004 Semestral. ISSN: 1678-586X, p. 119-120.

Naquela conjuntura, em junho de 1845, Caxias recebeu proposta do governador da província de Corrientes, José Maria Paz, para a formação de uma aliança contra Rosas.<sup>10</sup> Paz desejava aliar forças contra o governador de Buenos Aires, o qual era visto como um tirano e opressor pelo governador de Corrientes. No acordo, entre o Império do Brasil e a província de Corrientes, ficou acertado a não proteção aos escravos que fugiam para Corrientes; a livre navegação dos rios Paraná e Uruguai e o livre comércio de artigos bélicos.

Os líderes platinos visualizaram nos ex-combatentes farroupilhas possíveis aliados nos seus enfrentamentos. Justo José de Urquiza, governador da província de Entre Rios, por exemplo, convidou-os a fazer parte de suas lutas no território oriental, o que foi recusado por eles.<sup>11</sup> Entretanto, Caxias temia por uma possível adesão dos ex-rebeldes através da persuasão dos comandantes platinos, o que poderia ocasionar novamente revoltas na província do Rio Grande do Sul. Por este receio, o governo imperial mantinha os anistiados da guerra civil de 1835-1845 sob alta vigilância, procurando ao máximo mantê-los como seus aliados.

No contexto platino, a política de Rosas frente à Confederação Argentina começava a sofrer oposições. A excessiva centralização do comércio exterior no porto de Buenos Aires, não nacionalizando suas rendas, prejudicava as demais províncias da Confederação.<sup>12</sup> O adiamento da reforma constitucionalista, com a justificativa de que “os povos ainda não estavam preparados para ele” (CHIARAMONTE, 2009, p. 241), descontentava os dirigentes provinciais, os quais aliaram-se a Urquiza, governador de Entre Rios, e principal reformador.

Para as províncias argentinas, no entanto, a palavra “Constituição” não estava desprovida de conteúdo, significava a repartição das rendas aduaneiras que Buenos Aires monopolizava. Implicava a abolição das aduanas interiores, fonte de recursos para os Estados locais, mas fatores geradores de um enorme encarecimento dos produtos que transitavam no território argentino. Significava a livre navegação dos rios interiores e a liberação da hegemonia do porto de Buenos Aires e a possibilidade de conectar-se livremente com os mercados europeus.

E também a constituição de um Estado nacional que não estaria ligado aos interesses da província portenha (LUNA, 2000, p. 190).

---

<sup>10</sup> Ofício do conde de Caxias ao ministro Jerônimo Francisco Coelho. Porto Alegre, 05 de junho de 1845. In: APBC-NDH-UPF, nº 318, pt. 7.

<sup>11</sup> Ofício do conde de Caxias ao ministro Antonio Francisco de Paula e Holanda Cavalcanti de Albuquerque. Porto Alegre, 8 de julho de 1845. In: APBC-NDH-UPF, nº 332, pt. 7.

<sup>12</sup> As províncias que faziam parte da Confederação Argentina eram: Buenos Aires, Santa Fé, Corrientes, Entre Rios, Mendoza, Cordoba, Santiago do Estero, Rioja, Tucumán, San Juan, San Luis, Salta e Catamarca.

Com a adesão das facções platinas descontentes com o líder da Confederação Argentina, começou a delinear-se um pacto entre o Império do Brasil, o partido colorado no Uruguai (oponente ao partido blanco de Oribe) e Justo José de Urquiza. O pacto tinha por objetivo acionar uma campanha contra Rosas. Entre os principais argumentos contra ele estava o texto *Civilización i Barbarie: vida de Juan Facundo Quiroga i aspecto físico, costumbres i ábitos de la Republica Argentina*, de Domingos Faustino Sarmiento. Os jornais brasileiros retiravam diretamente do texto de Sarmiento “a caracterização de Rosas como a representação do gauchismo selvagem no espaço platino, força social e cultural impeditiva do modelo civilizacional europeizante”.<sup>13</sup> No Brasil, através do Jornal do Commercio, o colunista José Maria da Silva Paranhos – futuro visconde de Rio Branco – adequou o texto de Sarmiento para os interesses brasileiros e alimentou ampla propaganda contra Rosas, defendendo a política do Partido Conservador de intervenção no Prata.

O Uruguai tinha como presidente constitucional, a partir de 1843, Joaquín Suárez, o qual assumiu o posto após a expulsão de Rivera do poder pelas forças de Oribe, auxiliado pelas tropas argentinas de Rosas, seu aliado. Mesmo com a legalidade do novo presidente, Oribe passou a dominar todo o interior do Uruguai, sitiando a capital Montevideú. Com quase todo território uruguaio sob seu domínio era comum que ocorressem invasões dos aliados de Oribe no Brasil meridional, causando transtornos na província do Rio Grande do Sul. Em 12 de abril de 1847, o barão de Cayrú escreveu à legação argentina, a qual representava Oribe, protestando contra o assassinato de trinta e dois brasileiros, ocorrido em território oriental.<sup>14</sup> O governo imperial entendia que a responsabilidade por estes atos poderia ser atribuída a Oribe. Mesmo que ele não fosse o presidente eleito do Uruguai, nos territórios em que ele dominava, os atentados que viessem a ocorrer poderiam recair sobre a autoridade de seu exército. O ministro Paulino José Soares de Souza considerou que, naquele momento, o Império estava enfraquecido devido às suas medidas de moderação e prudência. E caso uma luta contra a Confederação Argentina fosse deflagrada, era preciso prevenir-se. Nesse sentido, o Império começou a cuidar seriamente do seu exército e esquadra, aumentando suas forças.<sup>15</sup>

---

<sup>13</sup> GOLIN, Tau. Instrumentalização política de Facundo pelo Brasil na guerra contra Rosas. *III Jornadas Latinoamericanas de Historia de las Relaciones Internacionales*. Santiago – Chile – 2005. Acesso em outubro de 2010, p. 2.

<sup>14</sup> Relatório Nº 39 da Repartição dos Negócios Estrangeiros, apresentado à Assembleia Geral Legislativa na quarta sessão da sexta legislatura, pelo respectivo ministro e secretário de estado barão de Cayrú, em 12 de abril de 1847. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Comp.

<sup>15</sup> Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros, apresentado à Assembleia Geral Legislativa na quarta sessão da oitava legislatura, pelo respectivo ministro e secretário de estado Paulino José Soares de Souza. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Comp.

Iniciando uma reação contra o governador de Buenos Aires, o Império promoveu acordos e alianças, como, por exemplo, a celebração do tratado de aliança defensiva de 25 de dezembro de 1850 com a República do Paraguai. O governo brasileiro também comprometeu-se em auxiliar o governo uruguaio para evitar que a praça de Montevideú caísse em poder de Oribe. Dessa forma, foi se organizando uma coalizão que primeiro trataria de combater Oribe e, conseqüentemente, seu aliado Rosas. Em 28 de abril de 1851, o presidente da província do Rio Grande do Sul, Pedro Ferreira de Oliveira, recebeu ordens para reunir na fronteira toda a força de 1ª linha e preparar o exército para qualquer momento entrar em operações.

Em 1º de maio de 1851, Justo José de Urquiza, governador de Entre Ríos, baixou decreto reassumindo o exercício de representação externa da província, até então delegado a Rosas. Fazia-o respaldado por negociações para uma cooperação com o Brasil, as quais levaram à assinatura, em 29 de maio, do Tratado de Aliança Ofensiva e Defensiva entre os governos do Império, de Montevideú e de Entre Ríos. Seu objetivo declarado era o de manter a independência e promover a pacificação do Uruguai por meio da expulsão de Oribe do seu território e da força argentina que o apoiava. Ficou estabelecido que a aliança se voltaria contra o governo de Buenos Aires, caso este se tornasse obstáculo ao objetivo de pacificação.

O general conde de Caxias, pacificador da província do Rio Grande do Sul em 1845, foi encarregado do comando do exército brasileiro e partiu para o Rio Grande do Sul em 20 de junho de 1851, enquanto o vice-almirante John Pascoe Grenfell assumiu a esquadra brasileira.<sup>16</sup> Oficiais que estavam no comando do exército e da marinha na derrota a que submeteram os recentes insurretos do Sul, agora estavam à frente das tropas além-fronteira, no combate a Oribe, Rosas e seus partidários. José Mariano de Matos, ex-farroupilha, foi nomeado ajudante-geral de Caxias. As operações militares foram iniciadas por Urquiza ao entrar com suas forças em território uruguaio em 8 de julho de 1851. O exército entrerriano marchou pelo território oriental considerando-se uma força libertadora, acabando por enfraquecer o general Oribe. Imediatamente, o exército brasileiro formado por quase 16 mil homens, penetrou no Estado Oriental em 4 de setembro de 1851.

---

<sup>16</sup> A esquadra comandada por Grenfell foi imprescindível na proteção do exército aliado, assim como em embarçar a prestação de socorros a Oribe pelo general Rosas, bem como a retirada das forças do mesmo general Oribe para Buenos Aires. Ver: Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros, apresentado à Assembleia Geral Legislativa na quarta sessão da oitava legislatura, pelo respectivo ministro e secretário de estado Paulino José Soares de Souza. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Comp.



Oribe, pressionado pelas tropas de Urquiza e Caxias, rendeu-se em 19 de outubro de 1851, e levantou o cerco a Montevideú que durava vários anos. David Canabarro, ex-rebelde, incorporado às forças brasileiras comandou uma divisão que protegeu o grupo militar de Caxias. Bento Manuel Ribeiro também fez parte da ofensiva. Antônio de Souza Netto, residente no Uruguai como estancieiro, envolveu-se na luta comandando sua cavalaria da brigada de Voluntários Rio-Grandenses. João Antônio da Silveira, também ex-farroupilha, comandou a 12ª brigada do exército de Caxias. As tropas orientais que faziam parte do exército do general Oribe reconheceram a autoridade do governo oriental, submetendo-se ao comando do general-em-chefe do exército uruguaio Eugenio Garzón. As tropas argentinas saíram imediatamente do território oriental.

Pouco após a rendição de Oribe, o exército aliado concentrou-se na Colônia do Sacramento, com Buenos Aires defronte, na outra margem do Rio da Prata. Em 17 de dezembro de 1851, sete navios brasileiros, sob o comando de Grenfell, forçaram passagem pelos obstáculos opostos à navegação do rio Paraná, onde havia sido instalada uma poderosa fortificação contra as tropas aliadas. As embarcações foram atingidas, entretanto, não foi o bastante para impedir a passagem no passo do Tonelero.<sup>17</sup> Mais tarde, outros navios brasileiros forçaram a passagem do Tonelero, conduzindo o contingente militar restante das tropas aliadas, que permaneceram acampadas com o intuito de atacar Buenos Aires em melhor momento.

Em 1º de fevereiro de 1852, as tropas aliadas chegaram a cerca de nove quilômetros de Buenos Aires. No dia seguinte, na Batalha de Campo de Alvares, a vanguarda aliada derrotou uma força rosista sob o comando do general Ángel Pacheco, que havia sido enviado para atrasar o seu avanço. Em 3 de fevereiro, o exército aliado se deparou com o argentino, comandado pelo próprio Rosas. As forças aliadas eram compostas por 20.000 argentinos, 1.700 uruguaio e 4.000 soldados de elite brasileiros, distribuídos em cerca de 16.000 cavalarianos, 9.000 infantes e 1.000 artilheiros, formando um exército de 25.700 a 26.000 homens, com 45 a 50 canhões. Do outro lado, Rosas dispunha de 15.000 cavalarianos, 10.000 soldados de infantaria e 1.000 artilheiros: um total de 26.000 homens, com 60 canhões.

Juan Manuel de Rosas escolheu o melhor terreno para preparar o seu exército, dispondo-o no topo de um monte em Caseros, fazendo de um ribeirão chamado Arrojo

---

<sup>17</sup> A passagem de Tonelero é reconhecida como uma ação bastante notável da marinha brasileira. Ver: ALMEIDA, Washington Perry de. A Armada Imperial no Segundo Reinado. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 1977. Vol. 314.

Morón um fosso de proteção natural. Os comandantes aliados Manuel Marques de Sousa, Manuel Luís Osório, José Maria Pirán, José Miguel Galán (substituindo Garzón após sua morte repentina em 1º de dezembro de 1851), Urquiza e os futuros presidentes argentinos, Bartolomé Mitre e Domingo Sarmiento formaram um Conselho de Guerra e decidiram iniciar a batalha. Cerca de 11h da manhã, a vanguarda de ambos os exércitos iniciaram seus ataques.

A Batalha de Monte Caseros, como ficou conhecido o combate entre os exércitos aliados (Império, Entre Ríos e colorados uruguaios) e argentino, resultou em uma grande vitória para os opositores de Rosas. Apesar da pior localização no teatro de guerra, os soldados aliados conseguiram aniquilar as tropas rosistas em um dia de confrontos. Poucos minutos antes das forças aliadas alcançarem a chácara no topo de Caseros, onde Rosas havia instalado o seu Estado-Maior, ele montou em seu cavalo e se retirou do campo de batalha.<sup>18</sup> Disfarçado de marinheiro, Rosas pediu auxílio a Robert Gore, embaixador britânico em Buenos Aires, que o transportou, junto com sua filha Manuelita, vestida de homem, ao Reino Unido, onde passou os últimos vinte anos de vida. O relato oficial afirmou que 400 homens do lado aliado haviam morrido, enquanto o exército argentino perdeu 1.200 homens. No entanto, pela duração e proporção da batalha, o número de mortos pode ter sido maior.

A colaboração dos ex-farroupilhas foi fundamental para a concretização da vitória do Império do Brasil frente a Oribe e Rosas. Com os acordos realizados entre os ex-rebeldes, pôde-se perceber que o olhar do Império ia além dos limites territoriais do Sul do Brasil, ou seja, observava também as forças de atração platina, consideradas perigosas pelos seus projetos expansionistas. A insurreição interna farroupilha, portanto, ampliou-se como questão geopolítica de grande proporção, onde sua solução representou uma importante conquista para o Império do Brasil. Praticamente todos os ex-farroupilhas que mantiveram-se na carreira militar até a Batalha de Monte Caseros lutaram ao lado do Império do Brasil contra o ex-aliado em tempos de guerra civil, Juan Manuel de Rosas. Dentre eles, David Canabarro, Antônio de Souza Netto, José Mariano de Matos, Bento Manuel Ribeiro e outros.

Os conflitos locais eram vistos como desagregadores de um sistema nacional proposto pelo governo central, ou seja, havia um perigo de desunião, “decorrentes do

---

<sup>18</sup> A notícia do triunfo do Brasil sobre Buenos Aires repassada ao movimento farroupilha, apesar de estar inserido nas revoltas liberais no início do Império, também possuía a herança de questões coloniais devido a dimensão platina de seus artífices. Corpo diplomático brasileiro na Europa e América em 11 de fevereiro de 1852. Ver Circular de 11/02/1852. Índice: “Notícia do triunfo do exército aliado...” Caderno do CHDD, ano III. no 4 / Fundação Alexandre Gusmão. Centro de História e Documentação Diplomática. Brasília: DF – 2004 Semestral. ISSN: 1678-586X, p. 133-134.

enfraquecimento das províncias, especialmente as do Sul do Império, frente as ameaças que poderiam advir das repúblicas limítrofes” (KLAFKE, 2011, p. 106). A hegemonia do Império do Brasil na região do Prata foi estabelecendo-se quando foi garantida a não-interferência dessas forças, pelo menos não abertamente, na Província do Rio Grande do Sul. A partir da pacificação da guerra civil farroupilha e do consequente alinhamento dos ex-rebeldes aos interesses dos imperiais, possibilitou-se a derrota de Rosas e de seus aliados, sufocando o perigo platino além-fronteira.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Washington Perry de. A Armada Imperial no Segundo Reinado. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1977. Vol. 314.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata. Argentina, Uruguai e Paraguai – Da colonização à Guerra da Tríplice Aliança*. Brasília: Editora UnB/Ensaio, 1995.
- BARRÁN, José Pedro. *Apogeo y crisis del uruguay pastoril y caudilhesco (1838-1875)*. Ediciones de la Banda Oriental. Montevideo, 1974.
- BRANCATO, Sandra. As relações do Brasil com as nações do sul do continente. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1993. Vol. 379.
- CALÓGERAS, J. Pandiá. *A Política Exterior do Império. Volume III: Da Regência à Queda de Rosas*. Brasília: Câmara do Deputados/Companhia Editora Nacional, 1989.
- CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. São Paulo: Ática, 1992.
- CERVO, Amado Luiz. *O parlamento brasileiro e as relações exteriores: 1826-1889*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, c1981.
- Circular de 11/02/1852. Índice: “Notícia do triunfo do exército aliado...” *Caderno do CHDD*, ano III. no 4 / Fundação Alexandre Gusmão. Centro de História e Documentação Diplomática. Brasília: DF – 2004 Semestral. ISSN: 1678-586X.
- Circular de 01/10/1845. *Caderno do CHDD*, ano III. no 4 / Fundação Alexandre Gusmão. Centro de História e Documentação Diplomática. Brasília: DF – 2004 Semestral. ISSN: 1678-586X.
- CHIARAMONTE, José Carlos. *Cidades, províncias, estados: origens da nação argentina (1800-1846)*/ José Carlos Chiaramonte; tradução Magda Lopes; revisada e anotada por João Paulo Garrido Pimenta.- São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2009.
- FACHEL, José Plínio Guimarães. *A Revolução Farroupilha*. In: POSSAMAI, Paulo César (Org.). *Gente de guerra e fronteira: estudos de história militar do Rio Grande do Sul*. Pelotas: Ed. Da UFPEL.

GOLIN, Tau. Instrumentalização política de Facundo pelo Brasil na guerra contra Rosas. *III Jornadas Latinoamericanas de Historia de las Relaciones Internacionales*. Santiago – Chile – 2005. Acesso em outubro de 2010.

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *O Horizonte da Província: a República Rio-Grandense e os Caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1998. (Tese de Doutorado).

Instrução de Honório Hermeto Carneiro Leão, ministro dos Negócios Estrangeiros, a João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu, ministro residente em Montevidéu, em 06 de junho de 1843. *Cadernos do CHDD / Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática*. – Ano IX, Número 17. – [Brasília, DF] : A Fundação, 2010. 436 p. ; 17 x 25 cm Semestral. ISSN: 1678-586X.

Instrução de Antônio Paulino Limpo de Abreu, ministro dos Negócios Estrangeiros, a Wenceslau Antônio Ribeiro, encarregado de negócios no Chile, em 06 de agosto de 1845. *Cadernos do CHDD / Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática*. – Ano IX, Número 17. – [Brasília, DF] : A Fundação, 2010. 436 p. ; 17 x 25 cm Semestral. ISSN: 1678-586X.

KLAFKE, Álvaro Antonio. *Antecipar essa idade de paz, esse império do bem*. Imprensa periódica e discurso de construção do Estado unificado (São Pedro do Rio Grande do Sul, 1831-1845). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011. (Tese de doutorado).

LEITMAN, Spencer Lewis. *Raízes socioeconômicas da Guerra dos Farrapos: um capítulo da história do Brasil no século XIX*. Tradução de Sarita Linhares Barsted. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

LUNA, Félix. *Historia integral de la Argentina*. La Santa Federación. Buenos Aires: Planeta Argentina, 2000, Volume 9.

Ofício do barão de Caxias ao ministro Salvador José Maciel. Estância Boa Vista, nas Pontas de Jaguari, 16 de julho de 1843. In: APBC-NDH-UPF, nº 117, pt. 3.

Ofício do conde de Caxias ao ministro Jerônimo Francisco Coelho. Porto Alegre, 05 de junho de 1845. In: APBC-NDH-UPF, nº 318, pt. 7.

Ofício do conde de Caxias ao ministro Antonio Francisco de Paula e Holanda Cavalcanti de Albuquerque. Porto Alegre, 8 de julho de 1845. In: APBC-NDH-UPF, nº 332, pt. 7.

RECKZIEGEL, Ana Luiza G. S. *A diplomacia marginal: vinculações políticas entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai (1893-1904)*. Passo Fundo: UPF EDITORA, 1999.

Relatório Nº 39 da Repartição dos Negócios Estrangeiros, apresentado à Assembleia Geral Legislativa na quarta sessão da sexta legislatura, pelo respectivo ministro e secretário de estado barão de Cayrú, em 12 de abril de 1847. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Comp.

Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros, apresentado à Assembleia Geral Legislativa na quarta sessão da oitava legislatura, pelo respectivo ministro e secretário de estado Paulino José Soares de Souza. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Comp.

RECIBIDO EL 23 DE OCTUBRE DE 2013.

APROBADO EL 23 DE NOVIEMBRE DE 2013